

Precariado e sindicalismo no Sul global

Ruy Braga

Professor do Departamento de Sociologia
Universidade de São Paulo (USP)

Precariado e sindicalismo no Sul global

Resumo: O sociólogo britânico Guy Standing notabilizou-se pela ideia segundo a qual o precariado seria uma “nova classe perigosa” produto da deterioração da relação salarial “fordista” resultante do aprofundamento da globalização capitalista. Supostamente, essa nova classe em formação teria interesses hostis em relação ao sindicalismo fordista, mais interessado em defender os interesses corporativistas de seus associados do que apresentar soluções críveis às vicissitudes dos jovens trabalhadores em condições precárias de trabalho. Este artigo pretende apresentar uma problematização das posições sustentadas por Standing a respeito da relação entre o comportamento político do precariado e o movimento sindical a partir da análise de dois casos relacionados ao Sul Global: Brasil e Portugal.

Palavras-chave: 1. Precariado. 2. Sindicalismo. 3. Brasil. 4. Portugal

Precariat and unionism in the global South

Abstract: The British sociologist Guy Standing has stood out for the idea that the precariat would be a “new dangerous class” as a product of the deterioration of the “Fordist” wage relation that arised from the deepening of capitalist globalization. Supposedly, this new class in formation would have hostile interests regarding the Fordist unionism and would be more interested in defending the corporatist interests of its members than to present credible solutions to the vicissitudes of the young laborers under precarious working conditions. This article aims to question Standing’s positions about the relation between the political behavior of the precariat and the trade union movement based on the analysis of two case-studies related to the Global South. Brazil and Portugal.

Keywords: 1. Precariat. 2. Unionism. 3. Brazil. 4. Portugal.

Decorrente da descentralização da produção, da financeirização das empresas, da precarização das formas de contratação e da generalização da terceirização da força de trabalho, as formas tradicionais de auto-organização política dos trabalhadores, em especial os sindicatos, têm enfrentado enormes desafios na contemporaneidade. O resultado da confluência de todas essas tendências tem sido o incremento em escala global do peso relativo do proletariado precarizado no interior das classes trabalhadoras de diferentes países, tanto no Norte quanto no Sul globais. A questão levantada pela emergência desse precariado global é saber como essa fração de classe irá se comportar no decorrer das lutas sociais.

O livro de Guy Standing, *O precariado: a nova classe perigosa* (2013), esboça uma resposta. Trata-se de uma dessas aguardadas análises que chegou na hora certa. Um dos mais impactantes livros sobre o mundo do trabalho lançado nas últimas décadas, ele já surgiu com ares de “clássico”, por ser capaz de traduzir em dados o espírito de toda uma época: vivemos sob a sombra do “precariado”, isto é, um grupo de pessoas despojadas de garantias trabalhistas, submetidas a rendimentos incertos e carentes de uma identidade coletiva enraizada no mundo do trabalho. Em larga medida, é da qualidade da ação coletiva desse grupo que depende o futuro dos movimentos sociais globais.

A descrição que Standing faz das razões pelas quais a globalização econômica por meio da flexibilidade do trabalho ampliou incessantemente o tamanho do precariado é verdadeiramente arrasadora. A mercantilização do trabalho, associada tanto ao aprofundamento da concorrência intercapitalista quanto à financeirização do meio ambiente empresarial, reviveu o pesadelo de Karl Polanyi. Como é sabido, para o grande sociólogo húngaro, ao açambarcar as três mercadorias fictícias – isto é, o dinheiro, o trabalho e a terra –, o capitalismo colocaria em risco o conjunto da reprodução social (POLANYI, 2000).

Em seu belo volume, Standing enfrentou os desafios levantados por Polanyi há exatos setenta anos. Além de criticar a liberdade de movimentos e a concentração dos capitais financeiros, ele denunciou os efeitos deletérios da submissão de parte substantiva do movimento sindical europeu e setores hegemônicos do *mainstream* político reformista e social-democrata a um modelo de desenvolvimento socialmente irresponsável e ecologicamente insustentável. No entanto, seu foco principal é o advento e o destino histórico do precariado como uma *nova classe em transformação*.

Poderia passar muito mais tempo simplesmente realçando os superlativos méritos do livro. No entanto, estou entre aqueles que consideram que um estudo dessa qualidade sempre estimulará o desejo de discutir e argumentar. Adianto que, ao contrário da maior parte dos exemplos e dados presentes no livro, cujo foco recai sobre as relações trabalhistas em países de capitalismo avançado, comentarei a obra da perspectiva de alguém que estuda as metamorfoses do capitalismo e da classe trabalhadora no chamado “Sul global”.

O precariado: da análise sociológica à agenda política

Talvez isso seja de alguma valia ao debate. Afinal, em minha opinião, Standing concentra-se excessivamente na ampliação do precariado em países de capitalismo avançado, sobrando pouco espaço para a maior parte da força de trabalho mundial, que se encontra submetida a condições severamente piores de precariedade laboral do que aquelas encontradas na Europa ocidental. De fato, uma parte significativa das ameaçadoras relações sociais tão bem analisadas no livro parecem incrivelmente familiares à sensibilidade daqueles que se especializaram em pesquisar, por exemplo, a resiliência histórica do trabalho informal nas economias semiperiféricas.

Por essa razão, dentre as inúmeras possibilidades de interlocução com o livro, tentarei me concentrar em apenas duas variáveis do precariado pós-fordista, isto é, sua natureza de classe e seus padrões de mobilização coletiva. Standing compreende que *o precariado não faz parte da classe trabalhadora*. Ao contrário, ele constituiria uma classe social de novo tipo, produto das transformações decorrentes da globalização capitalista e das estratégias de flexibilização do trabalho em suas múltiplas dimensões. De certa maneira, o

precariado seria o filho indesejado do casamento do neoliberalismo com a globalização do capital.

Essa união teria engendrado uma nova classe, formada basicamente por pessoas destituídas das garantias sociais relativas ao vínculo empregatício, à segurança no emprego, à segurança no trabalho, às formas de reprodução das qualificações, à segurança da renda e à falta de representação política. Tudo aquilo que configurou a robustez da cidadania salarial fordista na Europa e nos Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial e que estaria sendo negado à geração dos filhos dos *baby boomers*.

Em termos históricos, Standing entende que o precariado afasta-se da classe trabalhadora, pelo fato de esta sugerir uma sociedade formada majoritariamente por

“Trabalhadores de longo prazo, em empregos estáveis de horas fixas, com rotas de promoção estabelecidas, sujeitos a acordos de sindicalização e coletivos, com cargos que seus pais e mães teriam entendido, defrontando-se com empregadores locais com cujos nomes e características eles estavam familiarizados.” (STANDING, 2013, p. 22-23.)

Em minha opinião, essa definição aproxima-se mais do conceito de “salarizado” – criado pelos economistas da Escola Francesa da Regulação (AGLIETTA, 1976) e enriquecido por sociólogos críticos, como o saudoso Robert Castel (1998), por exemplo, para apreender o tipo de norma social de consumo própria ao modelo de desenvolvimento fordista – do que do conhecido conceito marxista de classe trabalhadora. Aliás, nunca é demais lembrar que, para Marx, em decorrência da mercantilização do trabalho, do caráter capitalista da divisão do trabalho e da anarquia da reprodução do capital, a precariedade é parte constitutiva da relação salarial (MARX, 2013).

Nessa perspectiva, o atual aprofundamento da precarização laboral em escala global apoia-se no aumento da taxa de exploração da força de trabalho, tendo em vista, sobretudo, a espoliação dos direitos sociais associada à “acumulação via espoliação” (HARVEY, 2004). Em todo caso, não parece razoável falar em uma relação de produção de novo tipo capaz de produzir uma “nova classe”. Antes, trata-se de um retrocesso, em termos civilizatórios, potencializado pelo longo período de acumulação desacelerada que se arrasta

desde, ao menos, meados dos anos 1970, e cujos desdobramentos em termos da deterioração do padrão de vida dos trabalhadores e assalariados médios tornaram-se mais salientes após 2008.

Se, na Europa ocidental e nos Estados Unidos, décadas de institucionalização de direitos sociais mitigaram a condição estruturalmente precária do trabalho assalariado por meio da integração da fração masculina, branca, adulta, nacional e sindicalizada da classe trabalhadora ao ciclo da transferência de parte dos ganhos de produtividade aos salários, a transformação de um longo período de crescimento lento em uma crise econômica sistêmica em escala global trouxe novamente à baila a precariedade como condição social inerente à mercantilização do trabalho.

A propósito, a ausência de um sentido de carreira, de identidade profissional segura e de direitos trabalhistas é um traço que, *grosso modo*, acompanhou a industrialização do Sul global: basta lembrarmos o apartheid sul-africano, a ditadura militar brasileira ou as “maquilas” mexicanas. No Brasil, a precariedade da reprodução da força de trabalho é uma característica estrutural do fordismo periférico que continua presente ainda hoje. Para efeitos ilustrativos, entre 2003 e 2010, um período marcado por crescimento econômico com formalização do emprego, a atual taxa de informalidade do trabalho no Brasil ainda era de 44% (IBGE, 2010, p. 251). Vale lembrar que, no sul da Europa, mesmo após cinco anos de forte crise econômica com ampliação do desemprego e precarização do trabalho, essa taxa gravita em torno de 20% (ROMANET, 2012).

Uma mirada na formação do precariado europeu de uma perspectiva brasileira talvez seja útil para problematizar aquela que constitui a grande contribuição de Standing ao debate público contemporâneo: o alerta sobre a natureza “perigosa”, isto é, filofascista, dessa nova classe. De fato, o autor constrói ao longo do livro uma imagem do precariado como uma classe alienada, ansiosa, insegura, infantilizada, oportunista, cínica, passiva e detentora de um estado psíquico nebuloso. Não é de se estranhar, portanto, que, do ponto de vista político, o precariado seja considerado uma presa fácil dos apelos neopopulistas, e potencialmente hostil ao regime democrático.

Gostaria de me deter por um instante neste ponto, qual seja, a “política do precariado”. Por um lado, se Standing nitidamente acerta ao destacar os jovens

recém-chegados ao mercado de trabalho, especialmente os estagiários e operadores de telemarketing, como o grupo mais representativo entre os que irão desenvolver uma trajetória ocupacional frustrante e apartada daquela bem mais estável verificada por seus pais, por outro, sua caracterização a respeito da relação desses jovens com os sindicatos merece um olhar mais detido. Em suma, o autor identificou uma postura socialmente ressentida e politicamente antissindical por parte do precariado europeu.

A razão da hostilidade ao movimento trabalhista dever-se-ia, sobretudo, ao fato de os trabalhadores jovens, politicamente inexperientes e submetidos à precarização do emprego considerarem praticamente impossível organizar-se sindicalmente nos locais de trabalho. Assim, o precariado associaria os sindicatos aos “privilégios” reservados aos assalariados mais velhos que ainda desfrutam de alguma proteção social garantida pelas formas tradicionais de negociação coletiva.

Finalmente, gostaria de apresentar uma breve ponderação crítica a respeito da principal proposta apresentada por Guy Standing para transformar “*denizens*” em “*citizens*”, isto é, a Renda Básica Universal (uma quantia em dinheiro paga incondicionalmente a cada cidadão pertencente a determinada região). Em seu novo livro, em especial no artigo intitulado “Move towards a universal basic income”, Standing reitera a necessidade de substituímos a agenda sindical por uma nova agenda de segurança econômica e mobilidade social apoiada sobre uma ampla reforma das políticas públicas, cujo vértice seria a Renda Básica Universal (STANDING, 2014).

Desde logo, é necessário deixar claro que não sou, em absoluto, contrário à implementação de políticas de garantia incondicional de renda. Na realidade, meu argumento vai na direção de afirmar que esse tipo de agenda, ao menos no caso brasileiro, não atende às demandas levantadas pelo precariado no recente ciclo de protestos sociais que tomaram conta do país desde junho de 2013. Afinal, se exercer pressão sobre as autoridades em benefício da Renda Básica Universal parece ser o papel político reservado ao precariado por Standing, a questão de saber até que ponto essa solução política satisfaz os interesses do precariado torna-se decisiva.

Desde o dia 8 de janeiro de 2004, o Brasil comprometeu-se, por meio do Programa Bolsa Família (PBF), a universalizar, começando pela população

pauperizada, a política de Renda Básica. E, de fato, muitos estudiosos brasileiros têm demonstrado com abundância de dados que o PBF revelou-se largamente eficiente em resgatar as famílias da condição de extrema pobreza. Na última década, além de ajudar na redução da desigualdade de renda, alterando significativamente a norma social do consumo das famílias pauperizadas, o PBF foi o principal responsável pela diminuição da taxa de extrema pobreza no país, que passou, entre 2001 e 2011, de 8% para 4,7% da população brasileira.

Apenas entre 2003 e 2013, os gastos federais com o PBF saltaram de 7,5 para 24,7 bilhões de reais, com foco em 16 milhões de famílias em situação de extrema pobreza. O benefício básico é de 77 reais e alcança quase 60 milhões de cidadãos. Em acordo com a proposta de Standing, a lei brasileira prevê que o benefício do PBF seja ampliado para todas as famílias brasileiras, independentemente de seu nível de renda. Assim, para distribuir 70 reais para cada família brasileira, seriam necessários 82 bilhões de reais por ano, o que obrigaria o governo a multiplicar os gastos assistenciais dos atuais 3,15% do orçamento executado em 2012 para algo em torno de 10,5% (REGO; PINZANI, 2014).

Trata-se, como é possível perceber, de uma elevação marcante dos gastos sociais. Afinal, como os demais gastos com previdência, saúde, educação e as transferências para os estados e municípios são definidos constitucionalmente, o governo seria obrigado a avançar sobre os gastos com juros e amortizações da dívida pública, que atualmente consomem 43,98% do orçamento geral da União (AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA, 2014). Dispensável dizer que isso lançaria a sociedade brasileira em uma encarniçada luta redistributiva entre as classes.

Evidentemente, não vejo problema algum em avançar sobre os gastos federais com juros e amortizações da dívida pública. No entanto, caberia uma questão: se a agenda de segurança econômica e mobilidade social apoiada sobre a Renda Básica Universal implica lançar a sociedade em uma luta contra o sistema financeiro, por que razão o precariado brasileiro deveria se mobilizar em torno de uma modestíssima quantia de 70 reais por família, em vez de uma pauta centrada na elevação dos gastos com saúde, educação e mobilidade urbana? Aliás, foi exatamente em torno dessas demandas que milhões de jovens trabalhadores precarizados saíram às ruas no ano passado durante os meses de junho e julho (ANTUNES; BRAGA, 2013).

Na realidade, se já não há mais grandes polêmicas a respeito da eficácia do PBF em retirar milhões de subproletários da pobreza absoluta, elevando-os à condição oficial de pobreza, o mesmo não pode ser dito a propósito do passo seguinte, isto é, garantir-lhes condições mínimas de progresso sócio-ocupacional. Alguns estudiosos têm argumentado que o governo brasileiro não apenas aumentou os gastos sociais às expensas do investimento em saúde e educação, como, por si só, o PBF não é capaz de retirar as famílias assistidas da condição de pobreza oficial. Para tanto, seria necessária a combinação entre crescimento econômico e aumento dos gastos com educação e saúde.

Não caberia aqui reavivar o amplo debate travado no Brasil entre os defensores das políticas universais e os advogados das políticas focalizadas. Em termos de políticas públicas, parece-me razoável a perspectiva segundo a qual a focalização é entendida como critério de priorização dentro de um esquema universalista, em uma estratégia de “focalização no universalismo”. Ou seja, a diminuição crescente das desigualdades sociais suporia uma articulação entre as estratégias na qual o PBF incidiria sobre a diminuição da pobreza extrema, e as políticas universais sobre a pobreza oficial (BICHIR, 2010).

A experiência brasileira permite afirmar que o PBF de fato contempla parte dos interesses do subproletariado vitimado pela extrema pobreza. No entanto, o mesmo não pode ser dito a respeito do jovem precariado urbano submetido às péssimas condições de trabalho, às intermitências do emprego e à dura realidade dos baixos salários. Para esses trabalhadores, os gastos universais com saúde, educação e mobilidade urbana são largamente prioritários, na medida em que consolidam direitos e fortalecem a articulação entre a elevação das qualificações e o aumento da proteção social.

Em minha opinião, Standing passa rápido demais sobre a questão de saber se realmente o precariado europeu deseja abraçar a Renda Básica Universal como uma bandeira de mobilização, em detrimento da conservação dos direitos sociais a que seus pais tiveram acesso. Essa suposição levou-o a subestimar a capacidade de auto-organização do precariado, além de obnubilar uma visão mais totalizante das formas de representação política associadas aos interesses do precariado.

Em suma, Standing considera que, nas atuais condições marcadas pela globalização capitalista e pelo enfraquecimento dos sindicatos e dos partidos

social-democratas tradicionais, apenas como parte da governança das agências sociais e econômicas é que o precariado poderá ser bem representado. Para tanto, advoga que as esferas de formulação de políticas públicas devam ser democratizadas com a presença de representantes da “nova classe”. Evidentemente, não sou contra a democratização do aparelho de Estado. No entanto, se levarmos em conta a experiência brasileira recente, não percebemos nenhuma razão verdadeiramente crível para que o precariado assuma a defesa da Renda Básica Universal como sua bandeira prioritária de mobilização. Na verdade, e esta é uma das principais lições das chamadas Jornadas de Junho, a automobilização em defesa dos direitos da cidadania continua definindo o horizonte de intervenção política dos jovens trabalhadores precarizados no país.

Em seu livro, ao tentar “inspirar a ação” do precariado por meio de uma “agenda política alternativa a uma democracia utilitarista”, Standing (2013, p. 89) decidiu confinar a práxis política do precariado ao campo da reforma das políticas públicas. É evidente que pressionar as autoridades no sentido de iniciativas mais afinadas com seus interesses parece-me algo necessário à educação política do precariado. Porém, se desejamos apreender a diversidade concreta de suas formas contemporâneas de auto-organização, seja no Brasil ou em Portugal, limitar a ação coletiva desse grupo a essa pressão parece um tanto insuficiente. Esse é o argumento desenvolvido a seguir.

Precariado e ação coletiva no Brasil e em Portugal

Ao elaborar seu diagnóstico sociológico e sua agenda política, Standing optou por afastar o precariado tanto dos demais grupos da classe trabalhadora quanto do movimento sindical. Se, como afirma o autor, os sindicatos estão condenados ao desaparecimento, é evidente que eles não podem propor soluções capazes de fortalecer a universalização dos direitos sociais e enfrentar a precarização do trabalho. Mas até que ponto a desconstrução analítica da relação entre o precariado, a classe trabalhadora e os sindicatos é empiricamente consistente? Como o precariado no Sul global tem se comportado em relação aos direitos sociais e ao sindicalismo?

A análise da *relação entre o amadurecimento da experiência política do precariado e as dinâmicas recentes do sindicalismo* no Brasil e em Portugal pode

ser útil na tentativa de esboçar respostas a essas questões. Naturalmente, não estou afirmando que tais casos refletem a totalidade dessa relação. No entanto, eles podem ajudar a relativizar tanto a concentração dos exemplos citados por Standing em países capitalistas avançados quanto seu excessivo pessimismo relativo às inclinações autoritárias do precariado. Tendo em vista a natureza complementar de suas diferenças sociológicas, assim como a convergência em torno de certos atributos políticos, a comparação entre esses casos pode ser útil para enriquecermos o debate acerca da natureza da política do precariado.

Brasil

Um fato curioso é que, em 2004, quando iniciei minha pesquisa de campo a respeito dos operadores de telemarketing em São Paulo, eu próprio tinha expectativas bastante semelhantes às de Standing no tocante à consciência sindical desses jovens trabalhadores. E como poderia ser diferente se, nesse setor, prevaleciam os baixos salários, os contratos temporários, a alta rotatividade, a hostilidade aos sindicatos, a inexperiência política e os desejos individualistas de consumo? No entanto, conforme a pesquisa evoluiu, fui me dando conta de que uma realidade diferente prevalecia ali. Em certa medida, essa percepção modificou-se com as metamorfoses da própria indústria brasileira do call center.

O notável crescimento do telemarketing, em especial na cidade de São Paulo, não é nenhum segredo. Para ilustrar sua importância, bastaria dizer que, com cerca de 1,4 milhão de teleoperadores, essa indústria acantona o segundo maior contingente ocupacional do país, perdendo apenas para as empregadas domésticas (com cerca de 7,2 milhões de trabalhadoras) (CAVALLINI, 2012 e CODOGNO, 2013). Dispensável dizer que condições muito precárias de emprego prevalecem no call center. Exatamente porque tal indústria não necessita, em termos gerais, de uma força de trabalho especialmente qualificada, as empresas beneficiam-se de um regime de relações de trabalho apoiado em elevadas taxas de rotatividade.

Aliás, o ciclo ao qual o trabalhador está submetido é bastante conhecido pelas empresas: em geral, o teleoperador necessita de dois a três meses de experiência para se tornar proficiente no produto. Trata-se de um período

estressante, pois o desempenho médio exigido dificilmente é alcançado pelo trabalhador ainda inexperiente. Após esses primeiros meses, o teleoperador encontra-se apto a alcançar as metas, advindo um período de, aproximadamente, um ano, ao longo do qual ele obtém certa satisfação residual em razão do domínio da atividade.

No entanto o endurecimento das metas, a rotinização do trabalho, o despotismo dos coordenadores de operação, os baixos salários e a negligência por parte das empresas quanto à ergonomia e à temperatura do ambiente promovem o adoecimento, alimentando o desinteresse pelo trabalho. Nessa fase, o teleoperador deixa de “dar o resultado”, sendo demitido e substituído por outro, que recomeçará o mesmo ciclo. Evidentemente, a alta taxa de rotatividade de cerca de 42% no setor produz um acentuado descontentamento entre os teleoperadores, em especial entre os mais experientes (DIEESE, 2014).

A despeito de seus notáveis esforços individuais em ascender profissionalmente, seja frequentando uma faculdade particular noturna (quase um terço do total de teleoperadores de nossa amostra declarou estar cursando o ensino superior), seja por meio das tentativas de progredir para funções superiores no interior da própria empresa, em raras ocasiões os teleoperadores aumentam significativamente seus salários ou incrementam suas condições de trabalho. E como poderia ser diferente se, durante a última década, 94% dos empregos formais criados no país pagam até 1,5 salário mínimo (POCHMANN, 2012)? O descontentamento observado durante as entrevistas só não foi maior porque o setor está em permanente renovação, por meio da chegada de grandes contingentes de trabalhadores jovens em busca do primeiro emprego no mercado formal de trabalho.

De fato, para muitas teleoperadoras entrevistadas, a sensação de progresso ocupacional encontra-se fortemente associada à *transição da informalidade para a formalidade*. No telemarketing, essas jovens perceberam a oportunidade tanto de 1) alcançar direitos trabalhistas, quanto de 2) terminar a faculdade particular noturna que o trabalho doméstico, devido à incerteza dos horários, aos baixíssimos salários e à baixa intensidade dos direitos, é incapaz de prover. No entanto o acúmulo de experiências com o regime de mobilização permanente da força de trabalho faz com que esses trabalhadores desenvolvam

comportamentos críticos em relação às empresas. Esses comportamentos são a base instrumental para sua aproximação aos sindicatos.

De fato, o que aconteceria se, aos olhos do jovem precariado paulistano, em vez de representar os privilégios inalcançáveis da geração anterior, os sindicatos anunciassem a possibilidade de efetivar direitos sociais que foram negados a seus pais? Foi exatamente essa a realidade que encontrei ao estudar a relação dos teleoperadores com o movimento sindical. Apesar de sua inexperiência política, esses trabalhadores buscam no sindicalismo apoio para suas reivindicações trabalhistas. E como poderia ser diferente se, no setor, tende a imperar a dura realidade dos baixos salários, da alta rotatividade, do adoecimento, do assédio moral etc.?

O aprofundamento da experiência com o regime de trabalho despótico da indústria do call center promove não apenas comportamentos críticos em relação às empresas, como também desenvolve formas embrionárias de consciência de classe que são elaboradas pelos sindicatos. Estes empreenderam um notável esforço a fim de se aproximar dos trabalhadores dessa indústria. Mapeando as características de gênero, raça, idade e orientação sexual, o movimento sindical no setor, em especial o Sindicato dos Trabalhadores em Telemarketing (SINTRATEL), reconfigurou sua agenda, diversificando-a a ponto de inovar em inúmeras frentes.¹

Além de, há vários anos, destacar-se na organização e participação, por meio de suas campanhas de sindicalização, da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo, o SINTRATEL desenvolveu iniciativas junto à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, em conjunto com o Ministério Público do Trabalho, a fim de coibir o assédio sexual nas empresas e combater a discriminação racial. Por fim, o sindicato tem estado presente no Fórum Social Mundial, ocasião em que começou a organizar campanhas internacionais de solidariedade a países onde a Atento, a maior empresa de telemarketing do mundo, mantém operações.

1 Como indicado em outra ocasião, os principais sindicatos que atuam no setor de telemarketing decidiram participar da organização da Parada do Orgulho LGBT (sigla para lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros) de São Paulo, animando um dos blocos mais tradicionais do desfile. Para mais detalhes, ver Braga et al. (2011).

O sucesso desse esforço pode ser medido pelo aumento do número de greves e paralisações de teleoperadores em São Paulo. De fato, praticamente inexistentes há dez anos, os movimentos grevistas no setor desenvolveram-se a ponto de se destacar nas greves nacionais bancárias. Entre 2008 e 2012, ocorreram quatro greves nacionais dos trabalhadores bancários com efetiva participação dos teleoperadores. Apenas em 2012, a greve bancária atingiu um pico de 280 mil trabalhadores parados, prolongando-se por dez dias (DIEESE, 2013).

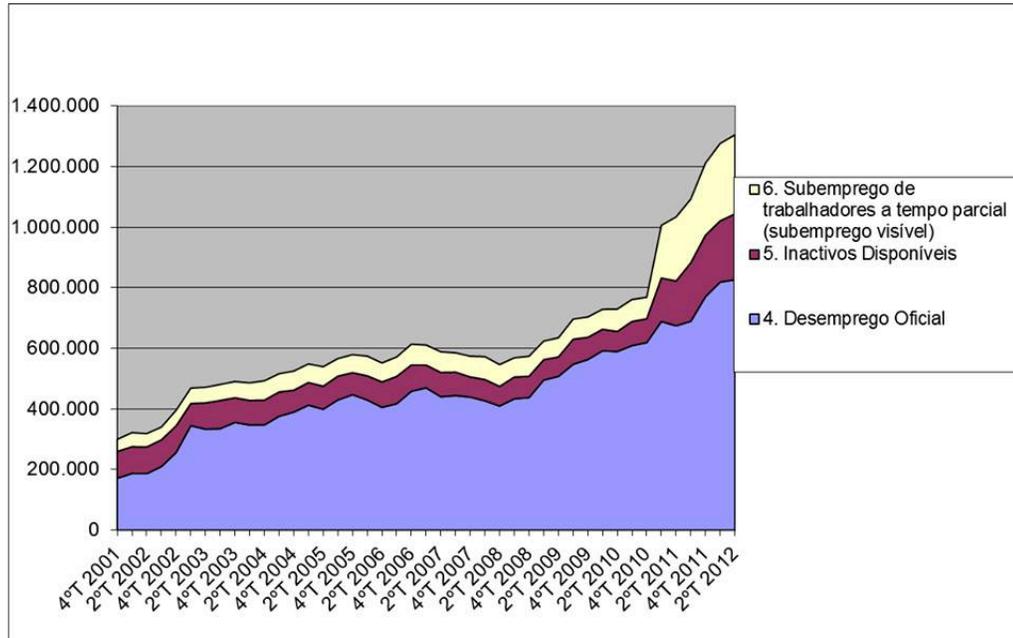
Portugal

Um contra-argumento legítimo seria invocar a excepcionalidade do caso brasileiro a fim de mitigar a força desse exemplo. Afinal, há dez anos o país é governado pelo Partido dos Trabalhadores (PT), e a crise internacional não teria atingido o país como na Europa. Mesmo com uma taxa de crescimento abaixo da média dos anos 2000, a estrutura social do Brasil continua a criar empregos formais todos os anos (ALEGRETTI; WARTH, 2014). Exatamente por isso, gostaríamos de invocar outro estudo de caso, o de Portugal, para pensarmos a suposta incompatibilidade política identificada por Standing entre o precariado e o movimento sindical.

Trata-se de um exemplo emblemático do crescimento do precariado motivado pela crise econômica mundial. Desde o segundo trimestre de 2008, a taxa de desemprego aumenta ininterruptamente no país, e as relações trabalhistas estão sendo submetidas a condições cada vez mais precárias. Segundo as estatísticas oficiais do emprego produzidas pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) português, a força de trabalho do país no quarto trimestre de 2012 era de 5,455 milhões de pessoas, menos 1,3% (72.200 pessoas) em relação ao trimestre anterior. A taxa de atividade da população em idade de

trabalhar (acima de 15 anos) foi de 60,5%, e a taxa de desemprego foi de 16,9%. Há três anos a taxa de desemprego está acima dos 10%². (Ver Gráfico 1)

Gráfico 1 – Desemprego (por parcelas e em valores absolutos)



O número de desempregados de longa duração – isto é, trabalhadores à procura de emprego há mais de um ano – chegou aos 10% (um aumento de 7,4% em relação ao trimestre anterior). Em maio de 2013, a taxa de desemprego entre os mais jovens (15-24 anos) alcançou o patamar histórico de 42,5%, aumento de 3,6% em relação ao ano anterior. No entanto o grau de qualificação da força de trabalho, especialmente entre os jovens, também aumentou. No ano letivo de 2011-2012, a taxa de escolarização do ensino superior (alunos com idade entre 18 e 22 anos inscritos no ensino superior) era de 32,2%, pouco mais

2 O aumento da taxa de desemprego em Portugal não parece dar sinais de fadiga. Para o ano de 2014, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (Ocde) previu que a taxa de desemprego portuguesa seria de 18,6%. Para mais detalhes, ver Silva (2013). Vale ainda lembrar que a metodologia utilizada pelo INE não contabiliza o subemprego de trabalhadores em tempo parcial e os inativos disponíveis como desempregados. Caso acrescentássemos essas populações, a taxa de desemprego em Portugal saltaria para 29,64% em 25 de fevereiro de 2014. Para mais detalhes, ver o contador criado pelo Movimento Sem Emprego (MSE) com base em estudo elaborado pelo economista Eugénio Óscar Garcia da Rosa, disponível em: <<http://www.movimentossememprego.info/>>. Acesso em: 25 fev. 2014.

que o dobro da taxa verificada em 1994-1995 (15,1%). Um significativo acesso à internet coroou o aumento de escolarização: em 2011, 58% das famílias portuguesas acessavam a internet, 56,6% por meio de banda larga.³ Como resultado, temos uma juventude mais escolarizada e submetida ao desemprego e ao subemprego.

Em larga medida, o aumento do desemprego e do subemprego, em especial entre os trabalhadores jovens, resulta das medidas de austeridade negociadas pelo país com a Troika (isto é, a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional). Em Portugal, as reformas laborais orientadas por medidas de aumento da austeridade sobre o trabalho podem ser classificadas em três grandes subconjuntos: as medidas de natureza tributária, as medidas de eliminação ou redução da proteção social e, finalmente, as medidas de natureza propriamente laboral, em especial a alteração do Código do Trabalho. Desde que essas medidas começaram a ser implementadas no país, no final de setembro de 2010, ocorreram cortes salariais entre 3,5% e 10% dos funcionários públicos com salários superiores a 1.500 euros, houve corte de 50% nos subsídios de Natal em 2011, além da supressão de subsídios de férias e Natal, em 2012 e 2013, para os funcionários públicos e pensionistas (ESTANQUE; COSTA; SOEIRO, 2013).

Nessa mesma direção, foram eliminadas promoções e progressões na carreira, aumentou-se a carga fiscal, especialmente sobre consumidores e assalariados, além de desvalorizar-se o papel dos sindicatos na contratação coletiva. Os principais efeitos das medidas de austeridade incidiram sobre a deterioração progressiva do poder de compra dos salários, a flexibilização do mercado de trabalho, o aumento do tempo de trabalho não pago – sobretudo, por meio de medidas de redução do número de dias feriados, redução do período de férias e eliminação dos descansos compensatórios. Além disso, é possível identificar como efeitos das medidas de austeridade sobre o trabalho em Portugal: a redução do preço pago por determinadas prestações de trabalho,

3 Todos os dados extraídos do Anuário Estatístico de Portugal (2011) e citados por Rajado (2013). Para os jovens, praticamente não há perspectiva de contratação que não seja por meio de vínculos intermitentes. Para mais detalhes, ver Estanque; Costa (2012).

a redução dos custos de demissão, além da redução da retribuição do trabalho suplementar.⁴

Devido ao aumento do desemprego, somado à desvalorização do papel dos sindicatos na contratação coletiva, o movimento sindical português tem sofrido certa erosão das bases de participação, expressa no declínio da taxa de sindicalização: de 21,2%, em 2005, a taxa recuou para 17,3%, em 2012. Porém o mesmo não se pode afirmar sobre a disposição combativa do sindicalismo português. Se, entre 2002 e 2007, tanto o número de trabalhadores em greve (de 320,8 mil para 294,7 mil) quanto o número médio de jornadas não trabalhadas (de 1,3 para 1,0) declinaram em Portugal, entre 2010 e 2012, ao contrário, o número de trabalhadores grevistas recuperou-se, indo de 575,5 mil para 727 mil, e o número médio de jornadas não trabalhadas retornou ao patamar do início da década de 2000, indo, entre 2010 e 2013, de 1,0 para 1,3.⁵

A aceleração do ritmo da atividade do movimento sindical em Portugal é também visível no número de greves gerais organizadas pelas centrais sindicais desde o início da crise econômica. Antes de 2010, a última greve geral convocada pela Central Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP) – e sem contar com o apoio da União Geral dos Trabalhadores (UGT) – havia ocorrido em 10 de dezembro de 2002. Desde então, a CGTP e a UGT deflagraram, em conjunto, greves gerais em 24 de novembro de 2010, 24 de novembro de 2011 e 27 de junho de 2013. Ou seja, as centrais sindicais chamaram conjuntamente, em três anos, mais greves gerais que nas três décadas anteriores!

Certos especialistas consideram que, ao invés de uma revitalização do ativismo sindical, a multiplicação das greves gerais testemunharia, na realidade, o aprofundamento da crise sindical. Afinal, tendo em vista a soma da superfluidade da política de concertação social em um momento marcado, sobretudo, por medidas de austeridade, com a diminuição da taxa de sindicalização, especialmente notável entre os trabalhadores mais jovens, não

4 Em seu conjunto, essas medidas diminuiriam o valor da força de trabalho, aumentando as transferências de valor do trabalho para as empresas e restabelecendo uma taxa de lucro aceitável para os mercados financeiros. Para mais detalhes, ver dados citados por Jorge Leite et al (2014, no prelo).

5 Para mais detalhes, ver Base de Dados Portugal Contemporâneo (Pordata), disponível em: <<http://www.pordata.pt>>. Acesso em: 23 fev. 2014.

restariam muitas opções ao movimento sindical além de aumentar sua presença pública por meio, especialmente, de greves gerais. Assim:

“Em vez de unir, a crise tem tendencialmente exacerbado as divergências estratégicas das correntes dominantes no movimento sindical português. [...] Embora a divisão política e a politização dificultem a aproximação das organizações à base, do nosso ponto de vista existem problemas subjacentes à *construção da ação coletiva* que são decisivos para explicar a ineficácia da atuação de ambas as correntes em causa – a União Geral dos Trabalhadores (UGT) e a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP). [...] A orientação de protesto político da CGTP carece de capacidade mobilizadora de massas críticas de trabalhadores e de capacidade de parar o trabalho decisivamente (além de serviços e transportes públicos) quando lança as suas frequentes convocatórias para greves gerais e sectoriais.” (STOLEROFF, 2013, p. 213-214, grifo do autor.)

Inegavelmente, o movimento sindical português atravessa um momento de crise. A taxa de sindicalização continua diminuindo e, desde a intervenção da Troika, a política de concertação social, nas palavras dos líderes das duas principais centrais sindicais, transformou-se em uma “formalidade” (Carlos Silva, UGT) ou “mero pró-forma de propaganda” (Arménio Carlos, CGTP) (RODRIGUES; CAETANO, 2014, p. 40-42). Na atual conjuntura, as empresas e o governo simplesmente não veem razões para negociar com os sindicatos. Além disso, é bem verdade que a divisão do movimento sindical português é profunda e histórica. De maneira geral, os estilos antagônicos de ação coletiva adotados pelas duas principais centrais – marcadamente “participativo” no caso da UGT e mais “contestador” no caso da CGTP – refletem não apenas o padrão de institucionalização do sindicalismo em Portugal após 1930, mas, sobretudo, a nova estrutura de contradições sociais que emergiu na sociedade portuguesa com a Revolução dos Cravos.⁶

O antagonismo entre os dois estilos de ação coletiva adotados pela CGTP e pela UGT torna-se ainda mais saliente com a aproximação entre essas centrais durante o atual ciclo grevista. Ao que tudo indica, isso se deve tanto ao colapso da política de concertação social em grande parte motivado pelas medidas de austeridade, quanto pelo aprofundamento da crise econômica em Portugal.

⁶ Para mais detalhes sobre os diferentes estilos de ação sindical em Portugal, ver Costa (2011).

No entanto, se era de se esperar que o aumento do desemprego e da precarização do trabalho, somado ao enfraquecimento do poder de negociação coletiva dos sindicatos, fosse decretar o fim das greves, verificamos tanto uma recuperação do número de trabalhadores grevistas quanto do número de horas paradas.

Interpretar a relação entre o movimento sindical português e os jovens trabalhadores precarizados implica considerar as incertezas próprias a essa nova conjuntura marcada por certas reorientações pouco usuais. Alguns pesquisadores do movimento sindical português têm apontado para essa direção:

“Os responsáveis sindicais têm vindo a reconhecer a necessidade de incorporar mais jovens e mais mulheres nos seus quadros como forma de se renovarem tanto “para dentro” (na organização) como “para fora” (na imagem que criam na opinião pública). Da mesma forma que estão atentas às necessidades de sindicalização, tanto as lideranças da CGTP como as da UGT parecem cientes da necessidade de dar espaço acrescido a departamentos-seccções internas como a Comissão de igualdade entre homens e mulheres, a Interjovem ou a Inter-reformados (no caso da CGTP), ou como a comissão de mulheres ou de juventude (no caso da UGT).” (COSTA, 2011, p. 43)

Além disso, há que se levar em conta a *presença pública* que o sindicalismo em Portugal busca construir, em grande medida, como uma possível alternativa à perda de capacidade de negociação coletiva nos espaços privados ou junto ao governo. É inevitável que, mesmo no caso da UGT, uma central tradicionalmente refratária às greves e às mobilizações dos trabalhadores, essa conjuntura realce a *dimensão conflitiva* do movimento sindical:

“A manifestação convocada pela CGT contra a política econômica do governo em 18.11.2007 e que reuniu 200.000 pessoas; a manifestação de 300.000 pessoas que, em 29.05.2010 protestou contra as medidas de austeridade econômica decididas pelo governo; ou ainda, na mesma linha, a greve geral de 24.11.2010 convocada conjuntamente pela CGTP e pela UGT e que apresentou níveis de adesão bastante elevados (mais de 3.000.000 de trabalhadores segundo as centrais), muito em especial no sector dos transportes, saúde, educação e administração pública, são apenas alguns exemplos [dessa dimensão conflitual].” (Idem, ibidem, p. 45.)

E qual tem sido a reação dos jovens trabalhadores precarizados portugueses relativamente tanto à flagrante ampliação do desemprego e do subemprego quanto às respostas do movimento sindical tradicional ao aprofundamento da crise econômica? Standing estaria certo em seu diagnóstico a respeito da hostilidade desses trabalhadores em relação aos sindicatos? Ou existiram vias *alternativas*, até mesmo *colaborativas*, a essa alegada hostilidade envolvendo a juventude precarizada e o sindicalismo português?

Esboçar respostas a essas questões implica, antes de tudo, reconhecer que a Primavera Árabe, o *Occupy Wall Street* nos Estados Unidos, o 15M e o movimento dos Indignados na Espanha restabeleceram, em escala mundial, o protagonismo político dos jovens.⁷ As transformações do trabalho e questões materiais readquiriram uma nítida centralidade no atual ciclo de mobilizações sociais. Problemas relativos à precarização do emprego e ao aumento das incertezas em relação ao futuro, assim como protestos contra a ampliação das desigualdades de renda em escala mundial, são particularmente salientes nesses movimentos, mesclando-se à decepção quanto aos sistemas políticos tradicionais e à crise de legitimidade das classes dominantes tradicionais.

Além disso, os atuais movimentos utilizam-se amplamente do Facebook como meio de organizar a mobilização social. No caso de Portugal, apesar de importantes iniciativas anteriores, é possível afirmar que a manifestação batizada de Geração à Rasca foi o evento que inaugurou o novo ciclo global.⁸ A história é bastante conhecida, mas vale a pena lembrar: inspirados pela execução da canção “Parva que sou”, do grupo de fado-rock Deolinda, no Coliseu do Porto, Alexandre Carvalho, António Frazão, João Labrincha e Paula Gil decidiram organizar um evento no Facebook cujo manifesto convocou jovens desempregados, “quinhentoseuristas”, subcontratados, contratados a prazo, falsos trabalhadores independentes, trabalhadores intermitentes, estagiários, bolsistas e trabalhadores-estudantes a protestarem em Lisboa – e, posteriormente, na cidade do Porto – para reivindicar melhores condições de trabalho, no dia 12 de março de 2011.

7 Isabel Ortiz et al. levantaram dados e classificaram demandas de 843 protestos protagonizados, especialmente, por grupos jovens, que aconteceram entre janeiro de 2006 e julho de 2013 em 87 países. Para mais detalhes, ver Isabel Ortiz et al. (2013).

8 Para mais detalhes, ver Estanque; Costa; Soeiro (2013).

O sucesso da manifestação foi enorme, com cerca de 300 mil manifestantes em Lisboa, além de 80 mil no Porto.⁹ A partir de então, grupos de militantes e simpatizantes de partidos políticos – tais como o Bloco de Esquerda e o Partido Comunista Português –, além de movimentos ligados ao trabalho precário (como a Associação Precários Inflexíveis, os Professores Contratados e Desempregados, a Comunidária), contra a discriminação (como o SOS Racismo, Plataforma Gueto, Panteras Rosas), grupos feministas e de combate à pobreza organizaram um poderoso movimento de protesto social intitulado Que se Lixe a Troika!, cujas duas manifestações, ocorridas nos dias 15 de setembro de 2012 e 2 de março de 2013, reuniram cada uma mais de 1 milhão de pessoas nas principais cidades do país.

O amadurecimento político e a radicalização dessa nova etapa de um movimento que havia se declarado inicialmente “apartidário, laico e pacífico” foram notados por diferentes estudiosos.¹⁰ Da Geração à Rasca ao Que se Lixe a Troika!, uma nítida politização discursiva acompanhou as tentativas de ampliação das bases de apoio ao movimento, sobretudo na direção de uma maior aproximação com o movimento sindical. O conteúdo do texto convocatório lançado nas redes sociais em 27 de agosto de 2012, dia anterior à chegada da missão da Troika em Portugal, ilustra esse desenvolvimento:

“É preciso fazer qualquer coisa de extraordinário. [...] É preciso fazer qualquer coisa contra a submissão e a resignação, contra o afunilamento das ideias, contra a morte da vontade coletiva. [...] É preciso vencer o medo que habilmente foi disseminado e, de uma vez por todas, perceber que já quase nada temos a perder e que o dia chegará de já tudo termos perdido porque nos calamos e, sós, desistimos. O saque (empréstimo, ajuda resgate, nomes que lhe vão dando consoante a mentira que nos querem contar) chegou e com ele a aplicação de medidas políticas debastadoras que implicam o aumento exponencial do desemprego, da precariedade, da pobreza e das desigualdades sociais, a venda da maioria dos ativos do Estado, os cortes compulsivos na segurança social, na educação, na saúde (que se pretende privatizar acabando com o SNS), na cultura e em todos os serviços públicos que servem as populações, para que todo o dinheiro seja canalizado para pagar e enriquecer quem especula sobre as dívidas

9 Para mais detalhes, ver Ana Filipa Pinto (2011).

10 Para mais detalhes, ver João Camargo (2013).

soberanas. Depois de mais de um ano de austeridade sob intervenção externa, as nossas perspectivas, as perspectivas da maioria das pessoas que vivem em Portugal, são cada vez piores. [...] É necessário construir alternativas, passo a passo, que partam da mobilização das populações destes países e que cidadãs e cidadãos gregos, espanhóis, italianos, irlandeses, portugueses e todas as pessoas se juntem, concertando ações, lutando pelas suas vidas e unindo as suas vozes. [...] Este é um apelo de um grupo de cidadãos e cidadãs de várias áreas de intervenção e quadrantes políticos. Dirigimo-nos a todas as pessoas, coletivos, movimentos, associações, organizações não-governamentais, sindicatos, organizações políticas e partidárias. Dividiram-nos para nos oprimir. Juntemo-nos para nos libertarmos!” (apud CAMARGO, 2013, p. 81-82).

Se bem é verdade que a decisão do governo do primeiro-ministro Pedro Passos Coelho, anunciada em 7 de setembro de 2012, de aumentar em 18% a contribuição para a Segurança Social exigida aos trabalhadores do setor privado, diminuindo a contribuição cobrada às empresas, alimentou uma indignação popular generalizada, a realidade é que o engajamento de diferentes comissões de trabalhadores ameaçados pelas medidas de austeridade pressionou os sindicatos a aderir ao movimento. De fato, nas semanas anteriores ao dia 15 de setembro, as comissões de trabalhadores da empresa pública de telecomunicações RTP e da montadora de carros AutoEuropa, entre outras, declararam seu apoio à manifestação.

No dia 15 de setembro, uma massiva onda de insatisfação popular alcançou um patamar inédito no país. Em Lisboa, epicentro do terremoto político que chacoalhou o país, ao chegar à praça de Espanha, alguns dos subscritores da convocatória do dia de protesto dirigiram-se aos manifestantes nos seguintes termos:

“Amanhã estaremos presentes nas várias ações de protesto da sociedade portuguesa. Nesta etapa da nossa luta, é fundamental dar força a uma greve geral. Uma greve em que, por todo o lado, gente de todos os setores do trabalho, pessoas contratadas, precárias ou desempregadas, faça parar o país e diga de uma vez por todas: ‘Basta! Não somos números a engrossar contas bancárias. Temos vidas. Não somos um rebanho manso que come e cala. Parem de brincar connosco. Parem de nos roubar o nosso trabalho e a nossa dignidade!’ E é importante que seja uma greve popular. Uma greve das pessoas, para as pessoas, que são ameaçadas e chantageadas a não parar, como

se fossem máquinas. Comprometemo-nos por isso a fazer todos os esforços para ajudar a construir uma greve geral popular, dinamizada pelos sindicatos, com a população e a sociedade civil, que seja capaz de parar todo o país em união contra o desastre que nos é imposto.” (Apud CAMARGO, 2013, p. 96.)

Apenas duas semanas depois, em 29 de setembro de 2012, a central sindical CGTP deflagrou um protesto apoiado pelos organizadores do movimento Que se Lixe a Troika!, no Terreiro do Paço, em Lisboa. Em seu discurso, o presidente da CGTP, Arménio Carlos, que já estivera presente no dia 15 de setembro, convocou uma greve geral para 14 de novembro de 2012. A adesão à Greve Geral Internacional articulada principalmente pelos movimentos sindicais português e espanhol foi considerada “histórica” pelos sindicalistas, assim como a manifestação popular na tarde do mesmo dia. A meu ver, o processo de mobilização popular ocorrido em Portugal entre 15 de setembro e 14 de novembro de 2012 não apenas inaugurou uma nova conjuntura política no país, como demonstrou a viabilidade de uma aproximação colaborativa – não destituída de conflitos, é verdade – entre os sindicatos e os movimentos ligados ao trabalho precário (ver Quadro 1).

Quadro 1 – Manifestações e greves gerais em Portugal (2010-2013)

Manifestações	Greves gerais
2010	24 de novembro – Central Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP) e União Geral dos Trabalhadores (UGT)
2011	24 de novembro – CGTP e UGT
12 de março – Geração à Rasca	
1º de outubro – CGTP	
15 de outubro – Movimento 12 de Março (M12M)	
24 de novembro – Movimento 15 de outubro	
2012	22 de março – CGTP
11 de fevereiro – CGTP	
15 de setembro – Que se Lixe a Troika!	14 de novembro – CGTP, quatorze sindicatos e federações filiadas à UGT (protesto europeu)
29 de setembro – CGTP	
14 de novembro (protesto europeu) – CGTP e Que se Lixe a Troika!	
2013	27 de junho – CGTP e UGT
2 de março – Que se Lixe a	

Troika!, com apoio da CGTP	8 de novembro – greve do setor público convocada
19 de outubro – CGTP e Que se	pelos sindicatos filiados em ambas as centrais
Lixe a Troika!	sindicais
26 de outubro – Que se Lixe a	
Troika!	
1º de novembro – CGTP	

Fonte: Lima; Artiles (2014, p. 143).

Considerações finais

Mesmo considerando a relativa desmobilização social atravessada por Portugal logo após o enorme sucesso do movimento Que se Lixe a Troika!, minha conclusão é que, quer da perspectiva dos sindicatos, quer do ponto de vista dos trabalhadores precarizados, uma certa atitude colaborativa tem, ainda que lentamente, evoluído de parte a parte. Alguns exemplos bem-sucedidos de aproximação apontam nessa direção, como a criação do Sindicato Nacional dos Call Centers; a transformação de uma associação de trabalhadores precarizados da cultura em um sindicato, o Sindicato dos Músicos, dos Profissionais do Espectáculo e do Audiovisual, chamado de Cena; ou a recente vitória obtida pela Associação Precários Inflexíveis, em colaboração com o sindicato dos enfermeiros filiado à CGTP, no tocante ao reconhecimento pela Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT) de que os cerca de 400 enfermeiros teleoperadores da Linha Saúde 24 eram, na verdade, falsos trabalhadores independentes e, portanto, deveriam ter seus contratos regularizados pela empresa LCS.

Existem inúmeras diferenças entre o caso brasileiro e o português. Os jovens trabalhadores no Brasil, por exemplo, lutam para efetivar direitos sociais, enquanto os portugueses mobilizam-se para conservá-los. Além disso, há muitas diferenças em termos de composição social e qualificação do trabalho separando esses jovens. Uns olham para o futuro com certo otimismo, enquanto outros vivem o pesadelo de não enxergar futuro algum. No entanto, em ambos os casos, não há evidentemente hostilidade ao regime democrático. Muito menos agressividade contra o movimento sindical. Aliás, tanto em um

caso como em outro, é mais fácil perceber uma relação de mútuo reconhecimento desenvolvendo-se lentamente.

Os jovens trabalhadores cada dia mais submetidos a condições precárias de vida e trabalho reconhecem nos sindicatos potenciais aliados na luta pela ampliação de direitos sociais (Brasil) ou na defesa do Estado social (Portugal). O movimento sindical identifica no precariado um setor incontornável no fortalecimento de suas pautas mais fundamentais. Sinceramente, não parece o caso de insistir sobre uma contradição insuperável entre os interesses sindicais e as necessidades da juventude precarizada¹¹.

Finalmente, diria que os dois livros de Guy Standing dedicados ao precariado são obras fascinantes não apenas pelas questões que iluminam, mas, sobretudo, pelas polêmicas que são capazes de nutrir. A discussão sobre se o precariado é ou não uma “nova classe” apartada do proletariado e com interesses contrários ao movimento sindical é uma dessas questões que merece ser aprofundada. Afinal, estou convencido de que é da qualidade da ação coletiva desse jovem precariado global que depende o futuro dos movimentos sociais.

Referências bibliográficas

- AGLIETTA, Michel. *Régulation et crises du capitalisme: l'expérience des Etats-Unis*. Paris: Calmann-Lévy, 1976.
- ALEGRETTI, Laís; WARTH, Anne. Criação de emprego em 2013 é a menor em 10 anos. *O Estado de S. Paulo*, 21 jan. 2014.
- ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy. Los días que conmovieron a Brasil. Las rebeliones de junio-julio de 2013. *Herramienta*, Buenos Aires, n. 53, p. 9-21, jul.-ago. 2013.
- AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA. É por direitos! Auditoria da dívida já!. *Auditoria Cidadã da Dívida*, Brasília. Disponível em: <<http://bit.ly/1kRsJ2e>>. Acesso em: 26 ago. 2014.

¹¹ Ao contrário, é perfeitamente possível identificar mais convergências que divergências em termos de interesses democráticos: para além dos exemplos citados acima, bastaria lembrarmos a vitória eleitoral do partido Podemos na Espanha. Nascido dos “indignados” do 15M, em poucos meses de existência o partido elegeu cinco deputados para o Parlamento Europeu nas eleições de 25 de maio de 2014.

- BICHIR, Renata Mirandola. O Bolsa Família na berlinda? Os desafios atuais dos programas de transferência de renda. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 87, jul. 2010.
- BRAGA, Ruy et al.. Social Movement Unionism and Neoliberalism in São Paulo, Brazil: Shifting Logics of Collective Action in Telemarketing Labor Unions. *Societies without Borders*, v. 6, n. 1, 2011.
- CAMARGO, João. *Que se lixe a Troika!* Porto: Deriva, 2013.
- CASTEL, Robert. *Metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis, Vozes, 1998.
- CAVALLINI, Marta. Telemarketing emprega 1,4 milhão no país. *O Globo*, Rio de Janeiro, 7 out. 2012
- CODOGNO, Vivian. OIT avalia situação global de trabalhadores domésticos. *O Estado de S. Paulo*, 28 out. 2013.
- COSTA, Hermes A. Do enquadramento teórico do sindicalismo às respostas pragmáticas. In Estanque, Elísio; Costa, Hermes A. (orgs.). *O sindicalismo português e a nova questão social: crise ou renovação?* Coimbra: Almedina, 2011.
- DIEESE. *Estudos e Pesquisas*. Balanço das Greves em 2012, n. 66, maio 2013.
- DIEESE. *Rotatividade setorial: dados e diretrizes para a ação sindical*. São Paulo: Dieese, 2014.
- ESTANQUE, Elísio; COSTA, Hermes A.; SOEIRO, José. The New Global Cycle of Protest and the Portuguese Case. *Journal of Social Science Education*, Bielefeld, v. 12, n. 1, 2013.
- ESTANQUE, Elísio; COSTA, Hermes A. Labour relations and social movements in the 21st century. In Erasga, Denis (ed.). *Sociological Landscapes: Theories, Realities and Trends*. Rijeka: Intech, 2012.
- HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo, Loyola, 2004.
- IBGE. *Estudos e Pesquisas*. Informação demográfica e socioeconômica, Brasília, n. 27, 2010.
- LEITE, Jorge Leite et al.. Austeridade, reformas laborais e desvalorização do trabalho. In *A anatomia da crise: Identificar os problemas para construir as alternativas* (1º relatório, preliminar, do Observatório sobre Crises e Alternativas). Coimbra: CES-UC, 2014 (no prelo).
- LIMA, Maria da Paz Campos; ARTILES, Antonio Martin. Descontentamento na Europa em tempos de austeridade. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 103, maio 2014.

- MARX, Karl. *O capital*. Crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.
- ORTIZ, Isabel et al.. World Protests 2006-2013. In *Initiative for Policy Dialogue*. Nova York: Friedrich-Ebert-Stiftung, set. 2013.
- PINTO, Ana Filipa. *À Rasca*: o retrato de uma geração. Lisboa: Planeta, 2011.
- POCHMANN, Marcio. *Nova classe média?* O trabalho na base da pirâmide salarial brasileira. São Paulo, Boitempo, 2012.
- POLANYI, Karl. *A grande transformação*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- RAJADO, Ana. A força de trabalho em Portugal 2010-2011: breve descrição. In VARELA, Raquel (org.), *A segurança social é sustentável: trabalho, Estado e segurança social em Portugal*. Lisboa: Bertrand, 2013
- REGO, Walquíria Leão Rego; PINZANI, Alessandro. *Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania*. São Paulo, Editora Unesp, 2014.
- RODRIGUES, Sara; Caetano, Emília. Dez minutos... e adeus! *Visão*, Paço de Arcos, n. 1.094, 20 fev. 2014, p. 40-42.
- ROMANET, Virginie de. Portugal: Les conséquences dramatiques de l'austérité imposée par la Troïka. *Comité pour l'Annulation de la Dette du Tiers Monde*, 14 mar. 2012. Disponível em: <<http://cadtm.org/Portugal-Les-consequences>>. Acesso em: 26 ago. 2014.
- SILVA, Ana Rute. OCDE prevê 18,6% de desemprego em Portugal em 2014. *Público*, Lisboa, 16 jul. 2013.
- STANDING, Guy. *A Precariat Charter: From Denizens to Citizens*. Londres, Bloomsbury, 2014.
- _____. *O precariado: a nova classe perigosa*. São Paulo: Autêntica, 2013.
- STOLEROFF, Alan. A crise e as crises do sindicalismo: Há uma revitalização possível? In VARELA, R. (org.). *A segurança social é sustentável: trabalho, Estado e segurança social em Portugal*. Lisboa: Bertrand, 2013.